



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

183.º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

## 1. PROVA DE SELEÇÃO

### INSTRUÇÕES

- ◆ Este caderno de questões contém um total de 100 questões objetivas.
- ◆ Confira a versão de seu caderno com a versão constante na etiqueta da sua carteira.
- ◆ Preencha e assine nos locais indicados nas capas deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Assinale na folha de respostas, com caneta esferográfica azul ou preta, o número da sua prova.
- ◆ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta, assinalando com caneta esferográfica azul ou preta.
- ◆ Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- ◆ Responda a todas as questões.
- ◆ Durante a realização da prova não será permitida consulta a livros, anotações e comentários de qualquer natureza.
- ◆ Será permitida a saída do candidato após transcorrida 1 hora do início da prova, sem levar o caderno de questões e esta capa.
- ◆ O candidato que se retirar quando faltarem 2 horas para o término da prova poderá levar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Assinatura do Candidato \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

183.º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

Esta não é a folha de respostas – gabarito para simples conferência.

|    |                          |    |                          |    |                          |    |                          |     |                          |
|----|--------------------------|----|--------------------------|----|--------------------------|----|--------------------------|-----|--------------------------|
| 01 | <input type="checkbox"/> | 21 | <input type="checkbox"/> | 41 | <input type="checkbox"/> | 61 | <input type="checkbox"/> | 81  | <input type="checkbox"/> |
| 02 | <input type="checkbox"/> | 22 | <input type="checkbox"/> | 42 | <input type="checkbox"/> | 62 | <input type="checkbox"/> | 82  | <input type="checkbox"/> |
| 03 | <input type="checkbox"/> | 23 | <input type="checkbox"/> | 43 | <input type="checkbox"/> | 63 | <input type="checkbox"/> | 83  | <input type="checkbox"/> |
| 04 | <input type="checkbox"/> | 24 | <input type="checkbox"/> | 44 | <input type="checkbox"/> | 64 | <input type="checkbox"/> | 84  | <input type="checkbox"/> |
| 05 | <input type="checkbox"/> | 25 | <input type="checkbox"/> | 45 | <input type="checkbox"/> | 65 | <input type="checkbox"/> | 85  | <input type="checkbox"/> |
| 06 | <input type="checkbox"/> | 26 | <input type="checkbox"/> | 46 | <input type="checkbox"/> | 66 | <input type="checkbox"/> | 86  | <input type="checkbox"/> |
| 07 | <input type="checkbox"/> | 27 | <input type="checkbox"/> | 47 | <input type="checkbox"/> | 67 | <input type="checkbox"/> | 87  | <input type="checkbox"/> |
| 08 | <input type="checkbox"/> | 28 | <input type="checkbox"/> | 48 | <input type="checkbox"/> | 68 | <input type="checkbox"/> | 88  | <input type="checkbox"/> |
| 09 | <input type="checkbox"/> | 29 | <input type="checkbox"/> | 49 | <input type="checkbox"/> | 69 | <input type="checkbox"/> | 89  | <input type="checkbox"/> |
| 10 | <input type="checkbox"/> | 30 | <input type="checkbox"/> | 50 | <input type="checkbox"/> | 70 | <input type="checkbox"/> | 90  | <input type="checkbox"/> |
| 11 | <input type="checkbox"/> | 31 | <input type="checkbox"/> | 51 | <input type="checkbox"/> | 71 | <input type="checkbox"/> | 91  | <input type="checkbox"/> |
| 12 | <input type="checkbox"/> | 32 | <input type="checkbox"/> | 52 | <input type="checkbox"/> | 72 | <input type="checkbox"/> | 92  | <input type="checkbox"/> |
| 13 | <input type="checkbox"/> | 33 | <input type="checkbox"/> | 53 | <input type="checkbox"/> | 73 | <input type="checkbox"/> | 93  | <input type="checkbox"/> |
| 14 | <input type="checkbox"/> | 34 | <input type="checkbox"/> | 54 | <input type="checkbox"/> | 74 | <input type="checkbox"/> | 94  | <input type="checkbox"/> |
| 15 | <input type="checkbox"/> | 35 | <input type="checkbox"/> | 55 | <input type="checkbox"/> | 75 | <input type="checkbox"/> | 95  | <input type="checkbox"/> |
| 16 | <input type="checkbox"/> | 36 | <input type="checkbox"/> | 56 | <input type="checkbox"/> | 76 | <input type="checkbox"/> | 96  | <input type="checkbox"/> |
| 17 | <input type="checkbox"/> | 37 | <input type="checkbox"/> | 57 | <input type="checkbox"/> | 77 | <input type="checkbox"/> | 97  | <input type="checkbox"/> |
| 18 | <input type="checkbox"/> | 38 | <input type="checkbox"/> | 58 | <input type="checkbox"/> | 78 | <input type="checkbox"/> | 98  | <input type="checkbox"/> |
| 19 | <input type="checkbox"/> | 39 | <input type="checkbox"/> | 59 | <input type="checkbox"/> | 79 | <input type="checkbox"/> | 99  | <input type="checkbox"/> |
| 20 | <input type="checkbox"/> | 40 | <input type="checkbox"/> | 60 | <input type="checkbox"/> | 80 | <input type="checkbox"/> | 100 | <input type="checkbox"/> |



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**183.º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA**

## 1. PROVA DE SELEÇÃO

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Número de Protocolo  
(Publicado no deferimento da inscrição) \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato \_\_\_\_\_

Número do RG \_\_\_\_\_

## DIREITO CIVIL

**01.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Se durante a *vacatio legis* ocorrer nova publicação de texto de lei, destinada a correção, o prazo da obrigatoriedade, com relação à parte corrigida, começará a correr da nova publicação.
- (B) Os direitos adquiridos na vigência de lei publicada com incorreções são atingidos pela publicação do texto corrigido.
- (C) As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova, tornando-se obrigatórias de imediato.
- (D) A lei nova que estabelece disposições gerais a par das já existentes revoga a lei anterior.
- (E) A lei nova que estabelece disposições especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

**02.** Assinale a alternativa correta.

- (A) São vedadas as condições que sujeitam o efeito do negócio jurídico ao arbítrio de uma das partes, somente nas relações de consumo.
- (B) As condições contraditórias são consideradas inexistentes, mantendo-se íntegro o negócio jurídico que lhe é subordinado.
- (C) O titular de direito eventual pode praticar os atos destinados a conservá-lo, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva.
- (D) O implemento de condição resolutiva sempre extingue, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe.
- (E) O termo inicial suspende a aquisição do direito.

**03.** Assinale a alternativa correta a respeito de novação.

- (A) Se o novo devedor for insolvente, o credor que o aceitou pode ajuizar ação regressiva contra o primeiro, se houve má-fé deste na substituição.
- (B) A novação extingue, em todos os casos, os acessórios e garantias da dívida.
- (C) A novação por substituição do devedor depende do consentimento deste.
- (D) Permanece a obrigação do fiador, ainda que a novação feita com o devedor principal tenha ocorrido sem o consentimento daquele.
- (E) As obrigações anuláveis não podem ser objeto de novação.

**04.** Assinale a alternativa correta.

- (A) Pode haver compensação entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis de qualidades distintas.
- (B) Os prazos de favor obstam a compensação.
- (C) Uma dívida proveniente de esbulho pode ser compensada com outra, de causa diversa.
- (D) O fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- (E) Duas dívidas não podem se compensar se não forem pagáveis no mesmo lugar.

**05.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O silêncio do donatário quanto à aceitação da doação pura faz presumir que a recusou.
- (B) A doação remuneratória perde o caráter de liberalidade, se não exceder o valor do serviço prestado.
- (C) A doação de bem imóvel de qualquer valor pode ser feita por instrumento particular.
- (D) A doação feita ao nascituro dispensa a aceitação.
- (E) A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado transmite-se aos herdeiros do donatário.

**06.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A outorga de mandato por instrumento público exige que o substabelecimento seja feito pela mesma forma.
- (B) O mandato pode ser verbal, ainda que o ato deva ser celebrado por escrito.
- (C) Se os mandatários forem declarados conjuntos, qualquer deles poderá exercer os poderes outorgados.
- (D) Sendo omissa a procuração quanto ao substabelecimento, o procurador será responsável se o substabelecido proceder culposamente.
- (E) Se tiver ciência da morte do mandante, o mandatário não tem poderes para concluir o negócio já começado, ainda que haja perigo na demora, pois o mandato cessa com a morte.

**07.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A estipulação da fiança depende do consentimento do devedor.
- (B) A fiança deve ser de valor igual ou superior ao da obrigação principal.
- (C) O fiador não poderá exonerar-se da fiança se a prestou sem limitação de tempo.
- (D) A obrigação do fiador extingue-se com sua morte e a responsabilidade da fiança não se transmite aos herdeiros.
- (E) O fiador ficará desobrigado se, sem o seu consentimento, o credor conceder moratória ao devedor.

**08.** O reconhecimento de filho

- (A) pode ser revogado, quando feito por testamento.
- (B) pode ser feito apenas durante a vida do filho.
- (C) depende do consentimento do filho, quando este for maior.
- (D) não pode ser impugnado pelo filho, quando este for menor.
- (E) havido fora do casamento permite que ele resida no lar conjugal, independentemente do consentimento do outro cônjuge.

09. Assinale a alternativa correta.

- (A) Regula a sucessão a lei vigente ao tempo da abertura do inventário.
- (B) A sucessão abre-se no lugar do falecimento.
- (C) É possível a aceitação parcial da herança.
- (D) O ato de renúncia da herança é passível de revogação.
- (E) Os descendentes de herdeiro excluído sucedem como se ele fosse morto antes da abertura da sucessão.

10. Assinale a alternativa correta.

- (A) Na falta de descendentes, será deferida a sucessão por inteiro aos ascendentes.
- (B) Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, mas os filhos de irmãos do falecido herdam por representação.
- (C) Não concorrendo à herança irmão bilateral, os unilaterais herdarão metade do que herdaria aquele.
- (D) O valor correspondente a legado deixado a herdeiro necessário será abatido da parte que lhe couber na legítima.
- (E) O direito de representação pode dar-se na linha ascendente.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. A substituição voluntária das partes, no curso do processo:

- (A) não é permitida.
- (B) é permitida em qualquer situação.
- (C) sempre depende da concordância da parte contrária.
- (D) não pode ocorrer após o saneamento do processo.
- (E) só é permitida nos casos expressos em lei.

12. A ação fundada em direito pessoal será proposta:

- (A) no foro do domicílio do autor, quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil.
- (B) no foro do domicílio do autor, quando houver dois ou mais réus com diferentes domicílios.
- (C) no foro do domicílio do autor, quando o réu tiver mais de um domicílio.
- (D) no foro do domicílio do autor, quando o réu for ausente.
- (E) no foro do domicílio do réu, quando ele for incapaz.

13. No litisconsórcio necessário:

- (A) há entre os réus comunhão de obrigações relativamente à lide.
- (B) os direitos e obrigações derivam do mesmo fundamento de fato ou de direito.
- (C) a lei estabelece a presença de uma ou mais pessoas no processo, sob pena de nulidade.
- (D) o processo será extinto de plano, sem exame do mérito, se não estiverem presentes todos aqueles que a lei determina.
- (E) o juiz deverá decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

14. Assinale a afirmativa correta.

- (A) Há assistência simples quando o terceiro, tendo interesse jurídico na decisão da causa, intervém no processo para auxiliar uma das partes.
- (B) Com o ingresso do assistente no processo, poderá haver ampliação do objeto do litígio.
- (C) A assistência impede que o assistido reconheça a procedência do pedido.
- (D) Há assistência litisconsorcial quando o interveniente tem relação jurídica com o assistido.
- (E) Transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este nunca poderá discutir a justiça da decisão em processo posterior.

15. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, o juiz deverá decretá-la, se for requerida pela parte que lhe deu causa.
- (B) A nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam dependentes.
- (C) Pelo princípio da instrumentalidade, quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- (D) Pelo princípio da preclusão, um ato nulo será considerado sanado se a parte deixar de manifestar-se contra o modo como foi praticado.
- (E) Em caso de nulidade, o juiz deverá pronunciá-la e mandar repetir o ato ou suprir-lhe a falta, mesmo que possa decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade.

16. Assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido poderá ser genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato a ser praticado pelo autor.
- (B) O pedido será subsidiário quando feito cumulativamente com um principal e que só poderá ser concedido se este o for.
- (C) O pedido será sucessivo quando o autor formula um primeiro, pedindo que o juiz conheça de um segundo, se não puder acolher o anterior.
- (D) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- (E) O pedido deverá ser expresso quando a obrigação consistir em prestações periódicas.

17. Assinale a alternativa correta.

- (A) É possível o aditamento do pedido, antes da citação do réu, sem custas para o autor.
- (B) É possível a alteração do pedido após o saneamento do processo, com o consentimento do réu.
- (C) Os pedidos poderão ser cumulados, num único processo, contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão.
- (D) É admissível a cumulação de pedidos incompatíveis entre si.
- (E) É possível a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que de procedimentos diversos, se o autor empregar o rito ordinário.

18. Assinale a alternativa correta.

- (A) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- (B) A resolução de questão prejudicial faz coisa julgada, se a parte o requerer, o juiz for competente e constituir pressuposto para o julgamento da lide.
- (C) A sentença produz coisa julgada apenas em relação às partes entre as quais é dada.
- (D) Na apelação, serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal somente as questões julgadas na sentença.
- (E) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, não poderão ser suscitadas na apelação.

19. A impugnação, na fase de cumprimento da sentença:

- (A) terá efeito suspensivo, em regra.
- (B) não impedirá o prosseguimento da execução, mesmo que tenha efeito suspensivo, se o credor demonstrar que a paralisação poderá lhe causar grave dano de difícil ou incerta reparação.
- (C) será sempre instruída e decidida nos próprios autos.
- (D) será rejeitada liminarmente quando o executado alegar excesso de execução e não declarar de imediato o valor que entende correto.
- (E) admite somente agravo de instrumento da decisão que a julgar.

20. Assinale a alternativa correta.

- (A) A dívida deve estar vencida para que o credor possa requerer o arresto de bens, quando o devedor, sem domicílio certo, intenta alienar os bens que possui.
- (B) A sentença ilíquida, ainda pendente de recurso, que condena o devedor ao pagamento de dinheiro, pode ser admitida para fins de concessão de arresto.
- (C) A decisão proferida no arresto que decreta a decadência ou prescrição do direito do autor não prejudica o julgamento da ação principal.
- (D) O juiz concederá o arresto, mediante justificação prévia, se o credor prestar caução.
- (E) Cessa o arresto se o devedor prestar caução para garantir a dívida, honorários do advogado do requerente e custas.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

21. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- (A) Nas demandas que versem sobre relação de consumo, é obrigatória a inversão do ônus da prova a favor do consumidor.
- (B) Tendo mais de um autor a ofensa aos direitos do consumidor, cada um responderá pela reparação dos danos que causou.
- (C) Os riscos à saúde ou segurança, que sejam considerados normais e previsíveis em decorrência da natureza do produto, não precisam ser informados ao consumidor.
- (D) Um produto pode ser considerado defeituoso se outro de melhor qualidade for colocado no mercado.
- (E) Havendo prova de culpa exclusiva de terceiro, o fabricante não será responsabilizado por dano causado ao consumidor.

22. Conforme o CDC, o direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em:

- (A) trinta dias, tratando-se de produto durável.
- (B) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço durável.
- (C) sessenta dias, tratando-se de produto durável.
- (D) noventa dias, tratando-se de produto durável.
- (E) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço não durável.

23. Assinale a alternativa correta, acerca da oferta, de acordo com o CDC.

- (A) Se o fornecedor de serviços recusar cumprimento à oferta, o consumidor poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, além de perdas e danos.
- (B) Em caso de venda pelo telefone, é dispensável o nome do fabricante na embalagem.
- (C) O fornecedor de produtos não responde pelos atos de seus representantes autônomos.
- (D) Se o fornecedor de produtos não puder cumprir a oferta, poderá exigir que o consumidor aceite outro produto equivalente.
- (E) A oferta não precisa ser mantida se cessar a produção do produto.

24. No caso de compra de produto pelo telefone:
- (A) cabe ao consumidor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data da compra.
  - (B) cabe ao consumidor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data do recebimento do produto.
  - (C) cabe ao fornecedor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data da compra.
  - (D) cabe ao fornecedor desistir do contrato, no prazo de sete dias, a contar da data do recebimento do produto.
  - (E) nenhuma das partes pode desistir do contrato, se o produto for produzido apenas sob encomenda.
25. A garantia contratual dada pelo fornecedor de produto:
- (A) é obrigatória.
  - (B) substitui a garantia legal.
  - (C) é complementar à garantia legal.
  - (D) pode ser verbal.
  - (E) será interpretada em favor do fornecedor.

#### DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

26. Esmeraldo Juremo, depois de passar por todo o processo de adoção, com plena anuência de seus pais naturais, foi adotado pelo casal Silva que, em razão de acidente automobilístico, veio a falecer.
- I. Tal circunstância tem o condão de restabelecer o poder familiar dos pais naturais.
  - II. Tal circunstância o habilita para nova adoção, sem passar por novo processo para tal *desideratum*.
  - III. Tal circunstância o torna herdeiro do casal Silva.
  - IV. Como herdeiro, e sendo adotado, concorre em desigualdade com os filhos naturais do casal Silva.
  - V. Tal circunstância não tem o condão de restabelecer o poder familiar, tendo em vista o caráter irrevogável da adoção.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e V.
- (D) I e V.
- (E) III e IV.

27. Joãozinho Quarenta, menor de idade, praticou ato infracional.
- I. As medidas previstas no ECA têm caráter de imutabilidade.
  - II. As medidas previstas no ECA podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
  - III. As medidas previstas no ECA têm caráter de mutabilidade.
  - IV. As medidas previstas no ECA podem ser aplicadas isolada e cumulativamente, bem como podem ser substituídas a qualquer tempo.
  - V. Pouco importa a idade do infante para o juiz aplicar medida de internação.

Estão corretos apenas os itens

- (A) II e IV.
- (B) III e V.
- (C) I e V.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

28. O juiz Tancredo Demerval, ao apreciar caso em que necessita aplicar medida socioeducativa, decide

- (A) que o rol do ECA é taxativo, o que vale dizer que somente pode aplicar a reprimenda prevista em lei.
- (B) que o rol é extenso e ele pode dispensar as medidas socioeducativas previstas no Diploma Legal e aplicar aquelas que bem lhe aprouver.
- (C) aplicar medidas socioeducativas que se ajustem à Comarca que judica.
- (D) que o rol é exemplificativo e o juiz, além daquelas medidas socioeducativas aludidas no Diploma Legal, poderá aplicar outras reprimendas que entender adequadas ao caso.
- (E) que em casos especialíssimos poderá aplicar medida socioeducativa, em homenagem ao princípio da celeridade processual, sem a ouvida do representante do *Parquet*.

29. O maior de 18 anos também pode ser adotado? Qual o juízo deve decidir a respeito?

- (A) Sim, nesse caso a adoção será regulada pelo Código Civil e correrá na Vara da Família, aplicando-se o ECA subsidiariamente.
- (B) Não, só o menor de 18 anos é que poderá ser adotado e a questão deverá ser apreciada na Vara da Infância e da Juventude.
- (C) Sim, se houve autorização dos pais naturais, e a adoção deverá ser processada e julgada pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude.
- (D) Não, e a questão deverá ser apreciada na Vara da Família.
- (E) Sim, e a questão deverá ser apreciada na Vara da Família, desde que o processo tenha sido iniciado até os 21 anos de idade do adotado.

30. Considere as afirmações a seguir.
- I. Não cabe investigação de paternidade por mera dúvida do genitor que voluntariamente tenha reconhecido a criança ou o adolescente.
  - II. Cabe investigação de paternidade por mera dúvida do genitor que voluntariamente tenha reconhecido a criança ou o adolescente.
  - III. O foro competente para a ação de adoção é o do domicílio do adotante.
  - IV. Não há restrição quanto à diferença de idade entre o adotante e o adotado.
  - V. O foro competente para a ação da adoção é o do domicílio do adotando.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) II e V.
- (C) II e III.
- (D) I e V.
- (E) I e IV.

31. Maria, casada com João, soube que jamais poderia gerar um filho, após infrutíferas tentativas para tal desiderato. Preocupados com as crianças abandonadas e num ato impetuoso, vão ter ao registro civil e registram como se fosse seu, filho de outro.

Assinale a alternativa correta.

- (A) João e Maria praticaram ato imoral, mas piedoso, tendo em vista a situação das crianças carentes.
- (B) João e Maria praticaram ato imoral e piedoso que se justifica ante a angústia de não conseguirem ter filhos.
- (C) João e Maria praticaram a chamada adoção “à francesa”, ante a imperiosa necessidade de terem filhos.
- (D) João e Maria praticaram a chamada adoção “à italiana” e cometeram o ilícito recitado no art. 242, do diploma repressivo.
- (E) João e Maria praticaram a chamada adoção “à brasileira” e cometeram o crime previsto no diploma repressivo.

## DIREITO PENAL

32. Antônio, funcionário público, exige de Pedro, para si, em razão da função, vantagem indevida, consistente em certa quantia em dinheiro. Pedro concorda com a exigência e combina com Antônio um local para a entrega do dinheiro, mas Antônio é preso por policiais, previamente avisados do ocorrido, no momento em que ia recebê-lo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Antônio cometeu crime de extorsão consumado.
- (B) Antônio cometeu crime de concussão consumado.
- (C) Antônio cometeu crime de extorsão tentado.
- (D) Antônio cometeu crime de concussão tentado.
- (E) Trata-se de crime impossível, em razão de flagrante preparado.

33. Analise as proposições que seguem e assinale a correta, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

- (A) Para praticar o aborto necessário, o médico não necessita do consentimento da gestante.
- (B) No caso do crime continuado, a prescrição é regulada pela pena imposta, computando-se o aumento decorrente da continuidade.
- (C) A existência de circunstância atenuante autoriza a fixação da pena abaixo do mínimo legal.
- (D) Na fixação da pena, o juiz deve considerar condenação, ainda não transitada em julgado para o réu, como circunstância judicial desfavorável, a título de maus antecedentes.
- (E) O agente que imputa a alguém fato ofensivo à sua reputação comete o crime de injúria.

34. Antônio foi condenado definitivamente pela prática de crime de estelionato e, depois de decorridos mais de cinco anos desde o cumprimento da pena então imposta, comete novo crime, desta feita furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, pelo qual vem a ser condenado à pena de dois anos e quatro meses de reclusão. Assinale a alternativa correta, em face do art. 44, do Código Penal, que dispõe sobre a substituição da pena privativa de liberdade, por restritivas de direito.

- (A) A substituição não pode ser aplicada a Antônio, por ser a pena imposta de reclusão.
- (B) A substituição não pode ser aplicada a Antônio, por ser ele reincidente em crime doloso.
- (C) A substituição não pode ser aplicada a Antônio, por serem ambas as condenações por crimes contra o patrimônio.
- (D) A substituição pode ser aplicada a Antônio, pois a reincidência não é pela prática do mesmo crime.
- (E) A substituição pode ser aplicada a Antônio, pois ele não é reincidente.

35. Antônio, quando ainda em vigor o inciso VII, do art. 107, do Código Penal, que contemplava como causa extintiva da punibilidade o casamento da ofendida com o agente, posteriormente revogado pela Lei n.º 11.106, publicada no dia 29 de março de 2005, estuprou Maria, com a qual veio a casar em 30 de setembro de 2005. O juiz, ao proferir a sentença, julgou extinta a punibilidade de Antônio, em razão do casamento com Maria, fundamentando tal decisão no dispositivo revogado (art. 107, VII, do Código Penal). Assinale, dentre os princípios adiante mencionados, em qual deles fundamentou-se tal decisão.

- (A) Princípio da isonomia.
- (B) Princípio da proporcionalidade.
- (C) Princípio da retroatividade da lei penal benéfica.
- (D) Princípio da ultratividade da lei penal benéfica.
- (E) Princípio da legalidade.



36. Antônio e Pedro, agindo em concurso e mediante o emprego de arma de fogo, no mesmo contexto fático, subtraem bens de José e, depois, constroem-no a fornecer o cartão bancário e a respectiva senha, com o qual realizam saque de dinheiro. Assinale, dentre as opções adiante mencionadas, qual delas é a correta, consoante a jurisprudência pacificada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
- (A) Os agentes cometeram crime único, no caso, roubo.
- (B) Os agentes cometeram dois crimes, no caso, roubo e extorsão, em concurso formal.
- (C) Os agentes cometeram dois crimes, no caso, roubo e extorsão, em continuidade.
- (D) Os agentes cometeram crime único, no caso, extorsão.
- (E) Os agentes cometeram dois crimes, no caso, roubo e extorsão, em concurso material.
37. Antônio, depois de provocado por ato injusto de Pedro, retira-se e vai para sua casa, mas, decorridos cerca de trinta minutos, ainda influenciado por violenta emoção, resolve armar-se e voltar ao local do fato, onde reencontra Pedro, no qual desfere um tiro, provocando-lhe a morte. Nesta hipótese, Antônio pode invocar em seu favor a
- (A) excludente da legítima defesa real.
- (B) excludente da legítima defesa putativa.
- (C) existência de causa de diminuição de pena (art. 121, § 1.º, do Código Penal).
- (D) existência de circunstância atenuante (art. 65, III, “c”, do Código Penal).
- (E) excludente da inexigibilidade de conduta diversa.
38. Durante reunião de condomínio, com a presença de diversos moradores, inicia-se discussão acalorada, durante a qual Antônio, um dos condôminos, que era acusado de fazer barulho durante a madrugada, diz ao síndico que ele deveria se preocupar com sua própria família, porque a filha mais velha dele, que não estava presente na reunião, era prostituta, pois sempre era vista em casa noturna suspeita da cidade. Assinale a alternativa correta dentre as adiante mencionadas.
- (A) Antônio cometeu crime de calúnia, a não ser que prove o que disse (exceção da verdade).
- (B) Antônio cometeu crime de calúnia, que não admite a exceção da verdade.
- (C) Antônio não cometeu crime algum, pois a ofendida (filha do síndico) não estava presente na reunião.
- (D) Antônio cometeu crime de difamação, a não ser que prove o que disse (exceção da verdade).
- (E) Antônio, independentemente de o fato narrado ser, ou não, verdadeiro, cometeu crime de difamação.
39. Antônio, durante a madrugada, subtrai, com o emprego de chave falsa, o automóvel de Pedro. Depois de oferecida a denúncia pela prática de crime de furto qualificado, mas antes do seu recebimento, por ato voluntário de Antônio, o automóvel furtado é devolvido à vítima. Nesse caso, pode-se afirmar a ocorrência de
- (A) arrependimento posterior.
- (B) desistência voluntária.
- (C) arrependimento eficaz.
- (D) circunstância atenuante.
- (E) causa de extinção da punibilidade.
40. Analise as proposições seguintes.
- I. O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
- II. Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- III. O desconhecimento da lei é inescusável, mas o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.
- IV. O desconhecimento da lei é considerado circunstância atenuante.
- V. Se o fato é cometido sob coação irresistível, só é punível o autor da coação.
- Assinale as proposições corretas.
- (A) I, II e V, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II, III e V, apenas.
41. Analise as proposições seguintes.
- I. O livramento condicional poderá ser revogado se o liberado é condenado, por crime cometido na vigência do benefício, à pena de multa.
- II. A reincidência é causa interruptiva tanto da prescrição da pretensão punitiva como da prescrição executória.
- III. As causas de diminuição e de aumento de pena devem ser consideradas na terceira fase prevista no art. 68, do Código Penal.
- IV. A decadência é instituto aplicável apenas na ação penal privada.
- V. Se o agente for inimputável, mas o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz, ao invés de determinar a sua internação, submetê-lo a tratamento ambulatorial.
- Está correto somente o contido em
- (A) I, IV e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. Analise as proposições seguintes.

- I. A lei processual penal tem aplicação imediata, alcançando, inclusive, os processos em andamento.
- II. A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- III. Na ação penal pública condicionada, a representação do ofendido pode ser retratada até o recebimento da denúncia.
- IV. Na ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público pode aditar a queixa, intervir em todos os termos do processo e interpor recurso.
- V. No caso de morte do ofendido, somente o cônjuge tem o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada.

As proposições corretas são, apenas,

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II e IV.

43. Antônio respondeu ao processo em liberdade e o juiz decreta, fundamentadamente, a sua prisão na sentença condenatória. Expedido mandado de prisão, o oficial de justiça certifica que Antônio encontra-se em local incerto e não sabido. O defensor constituído, intimado da sentença, interpõe recurso de apelação. Assinale a alternativa correta a respeito da situação, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

- (A) A apelação não pode ser conhecida sem a intimação pessoal do acusado da sentença, ainda que ele se recolha à prisão.
- (B) A apelação não pode ser conhecida sem o recolhimento do acusado à prisão, ainda que ele seja intimado pessoalmente da sentença.
- (C) A apelação deve ser considerada deserta.
- (D) A apelação pode ser conhecida independentemente da intimação pessoal do acusado e do seu recolhimento à prisão.
- (E) A apelação pode ser conhecida se o defensor assumir o compromisso de apresentar o acusado, para o cumprimento da pena, caso seja confirmada a condenação.

44. Antônio foi denunciado por receptação simples (art. 180, *caput*, do Código Penal), e o juiz, verificando que seria caso, em tese, da apresentação de proposta de suspensão condicional do processo (art. 89, da Lei n.º 9.099/95), determina a abertura de vista dos autos ao Promotor de Justiça para tal finalidade. O Promotor, porém, recusa-se a oferecer a proposta de suspensão, alegando que o crime de receptação é incompatível com o benefício, pois incentiva a prática de furtos, roubos e até mesmo de latrocínios, e requer o prosseguimento do feito. Qual a medida que o juiz, caso discorde do posicionamento do Promotor, deve tomar, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

- (A) Remeter os autos à apreciação do Procurador Geral de Justiça, mediante aplicação analógica do art. 28, do Código de Processo Penal.
- (B) Designar data para apresentação, de ofício, da proposta de suspensão, pois se trata de matéria de ordem pública e direito subjetivo do acusado, que atende a todos os requisitos legais.
- (C) Determinar o prosseguimento do processo, pois, segundo o art. 89, *caput*, da Lei n.º 9.099/95, a apresentação de proposta de suspensão é faculdade do Promotor de Justiça e não direito subjetivo do acusado.
- (D) Conceder *habeas corpus* de ofício, para trancar o processo, diante do evidente constrangimento ilegal imposto ao réu com o prosseguimento do feito sem a oferta da proposta de suspensão.
- (E) Remeter os autos a outro Promotor de Justiça para que ele apresente a proposta de suspensão, com base no princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público.

45. Analise as proposições seguintes.

- I. É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa.
- II. A deficiência da defesa no processo penal constitui nulidade absoluta.
- III. É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, exceto nos casos de recurso de ofício.
- IV. A falta ou a nulidade da citação fica sanada quando o réu comparece antes de o ato consumir-se, mesmo que o faça, expressamente, para o único fim de arguir a falta ou a nulidade.
- V. É absoluta a nulidade do processo penal por falta de intimação da expedição de carta precatória para inquirição de testemunha.

Assinale as proposições corretas, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

- (A) I, III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, IV e V.

46. Em qual das hipóteses mencionadas seria possível, em tese, a concessão de *habeas corpus*, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF)?
- (A) No caso de decisão condenatória a pena de multa.
  - (B) No caso de processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
  - (C) Para alegar nulidade de processo no qual foi extinta a pena privativa de liberdade.
  - (D) Quando o réu não foi admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.
  - (E) No caso de punição disciplinar.
47. A respeito dos recursos no processo penal, analise as proposições seguintes.
- I. Da decisão que recebe a denúncia ou a queixa cabe recurso em sentido estrito.
  - II. Caso a parte interponha o recurso errado, por mero equívoco e de boa-fé, dentro do prazo para o recurso correto, o juiz o receberá e mandará processá-lo pelo rito do recurso cabível.
  - III. Na hipótese de concurso de agentes, caso o Tribunal, no julgamento de apelação interposta apenas por um dos acusados, dê provimento ao recurso para absolvê-lo, reconhecendo a atipicidade da conduta, por ter ocorrido *abolitio criminis*, deverá estender o resultado ao corréu, ainda que a sentença tenha transitado em julgado com relação a este.
  - IV. O recurso cabível da decisão de absolvição sumária no processo comum (art. 397, do Código de Processo Penal) é o de apelação.
  - V. É admissível a reiteração de pedido revisional, ainda que não fundado em novas provas.
- Está correto apenas o contido em
- (A) I, III e IV.
  - (B) I, II e III.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) II, III e V.
  - (E) I, II e V.
48. Analise as proposições seguintes, a respeito da prisão em flagrante.
- I. Quem, logo após o cometimento de furto, é encontrado na posse do bem subtraído, pode ser preso em flagrante delito, ainda que inexistam testemunhas da infração.
  - II. Nos crimes permanentes, entende-se que o agente está em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
  - III. Qualquer do povo deverá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
  - IV. Na falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade policial lavrará o auto de prisão em flagrante, depois de prestado o compromisso legal.
  - V. Apresentado o preso, a autoridade competente deverá interrogá-lo e entregar-lhe a nota de culpa, e em seguida proceder à ouvidas do condutor e das testemunhas que o acompanham, colhendo, no final, as assinaturas de todos.
- Estão corretas somente as proposições
- (A) I, III e IV.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, II e V.
  - (D) III, IV e V.
  - (E) II, III e V.
49. Assinale a alternativa correta, relativa à execução penal, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
- (A) A falta grave interrompe o lapso temporal aquisitivo do livramento condicional.
  - (B) É inadmissível o trabalho externo para presos em regime fechado.
  - (C) A tentativa de falta disciplinar é punida com a sanção correspondente à falta consumada, reduzida de um a dois terços, por aplicação analógica do art. 14, parágrafo único, do Código Penal.
  - (D) O trabalho do preso será remunerado mediante prévia tabela, não inferior a três quartos do salário-mínimo, inclusive quanto às tarefas prestadas a título de prestação de serviços à comunidade.
  - (E) A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena, sob regime fechado ou semiaberto.

50. A respeito da prova no processo penal, analise as proposições seguintes.

- I. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em juízo, mas também pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- II. As provas cautelares antecipadas podem ser consideradas pelo juiz na formação da sua convicção, ainda que não reproduzidas perante o contraditório.
- III. O ônus da prova cabe a quem fizer a alegação, sendo vedado ao juiz determinar a produção de provas de ofício, diante do princípio da inércia da jurisdição.
- IV. As provas ilícitas e as delas derivadas são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, salvo quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- V. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Estão corretas somente as proposições

- (A) I, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e V.

51. Antônio desferiu disparos de arma de fogo contra Pedro, causando-lhe lesões corporais, sem, contudo, matá-lo, e foi pronunciado e levado a julgamento perante o Tribunal do Júri, pelo crime de homicídio qualificado tentado. Na votação do questionário, o Conselho de Sentença responde afirmativamente os quesitos relativos à materialidade e à autoria. Indagado a respeito da tentativa, em quesito específico, o Conselho de Sentença responde negativamente, entendendo que Antônio não teve intenção de matar Pedro. Nesta hipótese, dentre as alternativas seguintes, assinale qual o procedimento que deverá ser adotado pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

- (A) Encerrar a votação e proferir sentença, absolvendo o acusado.
- (B) Prosseguir na votação e submeter ao Conselho de Sentença o seguinte quesito: “O Jurado absolve o acusado?”
- (C) Encerrar a votação e determinar a abertura de vista dos autos ao Ministério Público para aditamento da denúncia.
- (D) Encerrar a votação e proferir sentença, absolvendo ou condenando o acusado, mesmo que eventual infração resultante da nova tipificação for considerada pela lei como de menor potencial ofensivo.
- (E) Encerrar a votação e proferir sentença, absolvendo ou condenando o acusado, ou aplicar o disposto nos arts. 69 e seguintes, da Lei n.º 9.099/95, quando a eventual infração resultante da nova tipificação for considerada pela lei como de menor potencial ofensivo.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

52. Leia as afirmativas sobre a edição de medidas provisórias.
- I. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, processual penal, processual civil e já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo Presidente da República.
  - II. As medidas provisórias, com força de lei, podem ser adotadas pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência.
  - III. Se a medida provisória não for apreciada em até trinta dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
  - IV. As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

Está correto apenas o contido em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II.
- (E) IV.

53. São pressupostos de fundo da intervenção federal nos Estados:
- I. repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
  - II. manter a integridade nacional;
  - III. pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
  - IV. a defesa do patrimônio histórico-cultural ameaçado pela unidade federativa.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) II, III e IV.
- (B) III e IV.
- (C) IV.
- (D) III.
- (E) I, II e III.

54. No tocante às Comissões Parlamentares, é equivocado dizer:

- (A) a Constituição Federal prevê a constituição das Comissões Permanentes, das Comissões Temporárias, das Comissões Mistas e das Comissões Parlamentares de Inquérito.
- (B) as Comissões Mistas são sempre Temporárias, extinguindo-se ao preencherem os fins a que se destinam.
- (C) as Comissões Parlamentares de Inquérito têm por objeto a apuração de fato determinado e têm prazo certo de funcionamento.
- (D) as Comissões Permanentes organizam-se em função da matéria de sua competência.
- (E) a Comissão Representativa tem por atribuição representar o Congresso Nacional durante o recesso parlamentar.

55. Leia as afirmativas quanto à segurança pública.

- I. É exercida pela polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- II. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- III. Compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- IV. Compete à polícia federal exercer, em concorrência com as polícias civis estaduais, as funções de polícia judiciária da União.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) IV.
- (E) I, II e III.

56. Sobre os tratados internacionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Podem ser celebrados pelo Presidente da República ou pelo Presidente do Senado.
- (B) Celebrados pela autoridade competente, precisam ser referendados pelo Congresso Nacional.
- (C) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (E) Compete exclusivamente ao Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

57. Nossa ordem constitucional estabelece institutos de democracia semidireta, dentre os quais:

- I. a iniciativa popular, exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- II. o referendo, podendo ser utilizado pelo Congresso Nacional nos casos em que este decidir ser conveniente, indicado em casos específicos como para a formação de novos Estados e de novos Municípios;
- III. o plebiscito, espécie de consulta popular semelhante ao referendo, mas o único apto a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.

Está correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I e III.

58. Sobre as súmulas vinculantes, indique a resposta correta.

- (A) São aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- (B) Serão revisadas ou canceladas por provocação de todos quantos legitimados à propositura de ação popular.
- (C) São editadas pelo Supremo Tribunal Federal, quando se cuidar de tema constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, quando se cuidar de questão infraconstitucional, e terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (D) Apenas quanto ao ato administrativo que contrariar a súmula vinculante é que caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) Enquanto permanecer inalterada a composição do Supremo Tribunal Federal existente quando da edição da súmula vinculante não será permitida a sua revisão.

59. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa correta.

- (A) Será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Superior Tribunal de Justiça conforme a origem, federal, estadual ou municipal, da apregoada lesão.
- (B) Poderá ser proposta pelos legitimados para a ação civil pública.
- (C) Quando julgada, sua decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.
- (D) Será admitida mesmo quando houver outro meio eficaz de sanção da lesividade.
- (E) Poderá ser decidida em sessão à qual presente a maioria simples dos Ministros.

60. Sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que

- (A) se compõe de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (B) será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo os demais membros do Conselho nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) receberá e conhecerá das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, todavia não lhe competindo, entre as sanções possíveis, a aplicação da pena de disponibilidade.
- (D) terá seus membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (E) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça que compuser o órgão exercerá a função de Ministro-Corregedor, sem prejuízo de suas normais atribuições no tribunal de origem.

61. Relativamente aos índios, assinale a alternativa correta.

- (A) As terras tradicionalmente ocupadas por eles destinam-se à sua posse permanente, cabendo exclusivamente à União o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (B) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, ouvidas, todavia, as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- (C) Para ingressar em juízo na defesa dos seus direitos e interesses, os índios, as suas comunidades e organizações serão representados pelo Ministério Público.
- (D) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (E) São anuláveis os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

## DIREITO ELEITORAL

62. A autoridade competente para declarar a perda e a re aquisição da nacionalidade brasileira é o

- (A) Presidente da República.
- (B) Presidente do STF.
- (C) Presidente do Congresso.
- (D) Juiz do foro por onde correr o processo.
- (E) Ministro da Justiça.

63. A liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, ainda precisa observar os preceitos que seguem:

- (A) dignidade da pessoa humana, proibição de recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro e funcionamento parlamentar.
- (B) caráter nacional, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira e funcionamento afeto às funções estatais.
- (C) caráter nacional, proibição de recebimento de recursos financeiros de governo ou entidade estrangeira e prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- (D) funcionamento parlamentar de acordo com a lei, prestação de contas à Justiça Eleitoral, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes e caráter nacional.
- (E) autonomia para definir sua estrutura interna, prestação de contas à Justiça Eleitoral, subordinação a governo estrangeiro e vedação de utilização de organização paramilitar.

64. A elegibilidade é a regra e são elegíveis todos os que atenderem às condições estabelecidas, que são:

- (A) a nacionalidade brasileira, o domicílio eleitoral, a idade mínima prevista na Constituição e a filiação partidária.
- (B) a nacionalidade brasileira, a filiação partidária, a idade e o pleno exercício dos direitos políticos.
- (C) a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento e filiação eleitoral, a idade prevista na Constituição.
- (D) a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, alistamento, domicílio e filiação partidária e idade prevista na Constituição.
- (E) a idade prevista na Constituição, a escolaridade, a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, alistamento, domicílio e filiação partidária.

65. Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da proclamação dos resultados eleitorais.
- II. A ação de impugnação de mandato é exercível por qualquer cidadão e se submete ao princípio da mais completa publicidade.
- III. É vedada a cassação de direitos políticos, enquanto que a perda ou suspensão de direitos políticos decorrem de várias causas.
- IV. Os casos de inelegibilidade previstos na Carta Republicana constituem *numerus clausus*.
- V. A vida pregressa do candidato pode ser considerada para fins de inelegibilidade.
- VI. A impugnação do mandato eletivo não prescinde de provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

São corretas apenas as assertivas

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III, V e VI.
- (D) I, IV e V.
- (E) III, IV e VI.

## DIREITO EMPRESARIAL

66. Relativamente à compra e venda, aponte a alternativa correta.

- (A) Anulável será o contrato quando se deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (B) É lícito aos contratantes estipular o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação, ou sujeitá-lo à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar, ou ainda ao arbítrio de terceiro que prometerem designar.
- (C) A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição resolutiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue, e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.
- (D) É ilícita a compra e venda entre cônjuges.
- (E) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.

67. Leia as afirmativas sobre as Duplicatas.

- I. Poderão ser extraídas da fatura no ato de sua emissão para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.
- II. O foro competente para a cobrança judicial da duplicata ou da triplicata é o da praça de pagamento constante do título, ou outra de domicílio do comprador e, no caso de ação regressiva, a dos sacadores, dos endossantes e respectivos avalistas.
- III. Quando o comprador tiver direito a qualquer rebate, a duplicata indicará exclusivamente o valor líquido que o comprador deverá reconhecer como obrigação de pagar.
- IV. As empresas, individuais ou coletivas, fundações ou sociedades civis, que se dediquem à prestação de serviços, poderão, também, na forma da lei, emitir fatura e duplicata.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II.
- (E) I e III.

68. Emitida cédula de crédito comercial representativa de uma dívida:

- I. sua inadimplência poderá redundar, caso mencionada a circunstância no documento, na aplicação de juros capitalizados mensalmente;
- II. a cédula de crédito comercial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída;
- III. a cédula de crédito comercial não poderá ser descontada;
- IV. importa em vencimento antecipado da dívida resultante da cédula, independentemente de aviso ou de interpelação judicial, a inadimplência de qualquer obrigação do emitente do título ou, sendo o caso, do terceiro prestante da garantia real.

Está correto apenas o contido em

- (A) II e IV.
- (B) II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II.
- (E) I, II e IV.

69. Nas sociedades simples, é correto afirmar que
- (A) todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem – referente à execução em primeiro lugar dos bens sociais – aquele que contratou pela sociedade.
  - (B) o sócio sempre participa dos lucros e das perdas na proporção das respectivas quotas.
  - (C) os poderes do sócio investido na administração por cláusula do contrato social podem ser revogados, a qualquer tempo, por meio de ato separado, desde que subscrito pela maioria dos sócios.
  - (D) a administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete separadamente a cada um dos sócios.
  - (E) é anulável a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

70. No tocante à sociedade limitada, é correto afirmar que
- (A) nas omissões do respectivo capítulo do Código Civil que a regulamenta e do seu contrato social, rege-se pelas normas atinentes à sociedade anônima.
  - (B) a deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez, mas a reunião ou a assembleia torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.
  - (C) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
  - (D) o capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, permitida contribuição que consista em prestação de serviços.
  - (E) estabelecido um Conselho Fiscal, seus membros não poderão ser remunerados.

71. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:
- I. quando houver sido rejeitado o plano de recuperação;
  - II. por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação;
  - III. pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo improrrogável de trinta dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial;
  - IV. se o devedor, sem previsão no plano de recuperação judicial, procede à liquidação precipitada de seus ativos.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) IV.

72. Assinale a alternativa correta.

Decretada a falência de comerciante,

- (A) fica suspenso o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
- (B) resolvem-se os contratos bilaterais.
- (C) extinguir-se-á desde logo o mandato por ele conferido, antes da falência, objetivando a sua representação judicial.
- (D) o vendedor pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, mesmo se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor.
- (E) quando ele for o locador, resolve-se o contrato de locação, e, quando locatário, o administrador judicial não poderá denunciá-lo.

73. São patenteáveis:

- I. descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos;
- II. o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação;
- III. técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos para aplicação no corpo humano;
- IV. a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Está correto apenas o contido em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) IV.



74. Sobre o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), assinale a alternativa correta.

- (A) Fundação vinculada ao Ministério da Justiça, é órgão judicante com jurisdição em todo o território nacional, com sede e foro no Distrito Federal.
- (B) É composto por um Presidente e seis Conselheiros com mandato de três anos, permitida uma recondução.
- (C) Verificada infração à ordem econômica, poderá aplicar à empresa responsável multa de um a trinta por cento do valor do faturamento bruto no seu último exercício, excluídos os impostos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando quantificável.
- (D) Tem por atribuição examinar os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, nestes incluídos aqueles que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, que implique participação de empresa ou grupo de empresas resultante em quinze por cento de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
- (E) A execução judicial das decisões proferidas pelo CADE incluirá, caso necessária, a intervenção na empresa, cabendo todavia ao Ministro da Justiça, sob prévia aprovação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a nomeação do interventor.

75. Sobre as locações de espaço em “Shopping Centers”, indique a alternativa correta.

- (A) O locador não poderá recusar a renovação do contrato, com fundamento no uso por ele próprio do imóvel.
- (B) O locador poderá cobrar do lojista, havendo previsão contratual, o custo rateado da pintura das fachadas.
- (C) O locador poderá recusar a renovação do contrato, com fundamento na transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente.
- (D) O locatário terá direito à renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente, o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado, o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos e o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de dois anos.
- (E) Do direito à renovação decai aquele que não propuser a ação no interregno de dois anos, no máximo, até um ano, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

76. Arariboia Maracajá, Juiz da Fazenda do Estado, ao se deparar com caso tributário, decide corretamente quando

- (A) a pedido do devedor afirma o direito à restituição parcial do indébito.
- (B) admite, ocorrido o lapso prescricional, a restituição do valor despendido pelo devedor que efetuou o pagamento sabedor desta causa extintiva.
- (C) admite a decadência em razão de acordo de vontades.
- (D) decreta, de ofício, a decadência prevista em lei.
- (E) restitui o indébito sem prova que o pagamento se deu por erro ou foi feito sobre protesto.

77. O juiz Nerivaldo Branquinho, ao examinar mandado de segurança impetrado por Exportadora e Importadora Ltda. contra o Sr. Delegado Regional Tributário de Xiririca da Serra, que objetiva a isenção de ICMS sobre filé de merluza importado da Argentina, sob o fundamento de o Brasil ser signatário de tratado internacional, julga corretamente quando

- (A) decide que a mercadoria importada do país signatário do BATE é isenta de ICMS quando contemplado com esse favor o similar nacional.
- (B) decide que a merluza importada do país signatário do BRD paga ICM.
- (C) decide que à mercadoria importada do país signatário do GATT, ou membro do ALALC, estende-se a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias concedida a similar nacional.
- (D) denega a segurança porque a merluza é um produto importado.
- (E) denega a segurança porque o direito do impetrante não é albergado pelo GATT.

78. O juiz de direito Libório Rangel, no exercício de suas funções, depara-se com o seguinte caso: sujeito passivo de obrigação tributária alega que não tem obrigação de pagar o tributo, porquanto, no caso em espécie, não ocorreu processo administrativo.

O Magistrado decidirá corretamente quando:

- (A) aceita os argumentos do insurgente, pois a CDA tem natureza de tributo executivo judicial.
- (B) tratando-se de débito declarado pelo próprio contribuinte, o chamado autolancamento, a exigência fiscal não se baseia em prévio procedimento administrativo, daí por que julga improcedente a demanda.
- (C) por ter o auto de lançamento natureza do título executivo extrajudicial, não gozando da presunção de certeza e liquidez, entrega prestação jurisdicional procedente.
- (D) em virtude do reconhecimento da inexatidão dos dados fornecidos pelo devedor, por si só não induzindo a inscrição de débito fiscal para cobrança executiva na falta de pagamento, julga procedente a demanda.
- (E) é necessária a interpelação ou constituição em mora do sujeito passivo da obrigação tributária, por cuidar-se de outro lançamento, razão pela qual o juiz julga procedente a demanda.

79. Antônio, pai de Carlos e Pedro, avô de Maria e filho de José, sujeito passivo da obrigação tributária. Antônio e Carlos morrem em um desastre automobilístico e não se consegue provar quem morreu primeiro. Em virtude do ocorrido, quem seria o responsável pelo pagamento do tributo?

- (A) José.
- (B) Pedro.
- (C) Maria.
- (D) José e Pedro, cada um responde por 50% do débito.
- (E) Não haverá responsáveis, pois o crédito tributário extinguiu-se com a morte.

80. Sobre a nomeação de bens a penhora, leia as afirmativas.

- I. O executado poderá nomear seus próprios bens diretamente ao oficial de justiça independentemente de tomada de qualquer providência.
- II. O executado poderá nomear seus próprios bens móveis ao aquazil, que deverá certificar a ocorrência ao Magistrado.
- III. Quando a constrição recair sobre bem móvel de pessoa física, se for o caso, é necessária a intimação do cônjuge.
- IV. O executado poderá apresentar seus bens imóveis a penhora, sendo certo que nesse caso tem obrigação de apresentar certidão de propriedade e negativa de ônus sobre os bens oferecidos.
- V. Recaindo a constrição sobre bem imóvel de pessoa jurídica, necessária a intimação do cônjuge do sócio-gerente.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e V.

81. Em casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor será obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral. Essa obrigação decorre do trato constitucional ao meio ambiente – art. 225 da CF/88 – e permite que se afirme:

- I. estabeleceu-se uma forma de compartilhamento das despesas com as medidas oficiais de específica prevenção em face de empreendimentos de significativo impacto ambiental;
- II. há ofensa ao princípio da separação dos Poderes, por configurar delegação do Poder Legislativo para o Executivo impor deveres aos administrados;
- III. inexistência de vulneração ao postulado da razoabilidade, pois a compensação ambiental constitui instrumento adequado à defesa e preservação do meio ambiente e não existe outro meio eficaz de se atingir a finalidade da tutela ecológica prevista na Constituição da República;
- IV. não é incompatível com a Constituição a fixação do valor mínimo da compensação, fixado em percentual do custo total para a implantação do empreendimento;
- V. a normativa densifica o princípio usuário-pagador, mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica.

Está correto apenas o contido em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) III, IV e V.

82. O som produzido por templo religioso durante os ofícios causa desconforto a moradores da vizinhança. O Ministério Público propõe ação civil pública e a defesa argui sua ilegitimidade, além de invocar a liberdade de culto – inciso VI do art. 5.º da Constituição da República. A decisão adequada à espécie deverá

- (A) reconhecer a ilegitimidade de parte do Ministério Público, por cuidar-se de vulneração a bem de titularidade determinável.
- (B) julgar improcedente a ação civil pública, pois o direito fundamental contido no inciso VI do art. 5.º da CF/88 é de natureza prioritária, cotejado com o dos moradores incomodados.
- (C) julgar improcedente a ação civil pública, pois o som em excesso não é contínuo, limitando-se aos dias de ofícios religiosos.
- (D) julgar improcedente a ação civil pública, pois o som causa mero desconforto e não se enquadra no conceito de poluição sonora.
- (E) julgar procedente a ação civil pública, pois o MP é parte legítima e o som excessivo configura poluição sonora.

83. Em ação civil pública cujo objetivo é a reparação de dano ambiental, invocou-se a viabilidade de inversão do ônus probatório, à luz das normas de proteção ao consumidor, com o que não concordou o pretense infrator. Com vistas à decisão adequada, é válido afirmar-se:

- I. deve ser levada em consideração a hipossuficiência do autor da demanda em relação ao réu;
- II. a extensão das regras de proteção ao consumidor à defesa dos direitos coletivos nas ações civis por danos ambientais decorre da relação interdisciplinar entre tais normas;
- III. não interfere na espécie o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado, senão a apuração de efetivo prejuízo causado ao ambiente;
- IV. constitui direito subjetivo do infrator a realização de perícia para comprovar a ausência de danosidade em sua conduta;
- V. o meio ambiente deve ter em seu favor o benefício da dúvida no caso de incerteza, por falta de provas cientificamente relevantes, sobre o nexos causal entre determinada atividade e um efeito ambiental nocivo.

Estão corretas apenas as assertivas

- (A) I, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

84. O adquirente de uma área degradada, réu em ação civil pública na qual o Ministério Público objetiva a recuperação da cobertura vegetal, defendeu-se a argumentar aquisição recente de imóvel devastado anteriormente e, portanto, ausência total de qualquer responsabilidade. Ausente sua culpa, assim como o nexos de causalidade, para ele a ação civil pública só poderia receber decisão de improcedência. Deve incidir sobre a espécie ora sintetizada a solução que segue:

- (A) a responsabilidade por danos ambientais é objetiva e não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação de dano e do nexos de causalidade. Mas na esfera ambiental, mesmo o nexos de causalidade tem sua prova dispensada, em prol da efetiva proteção do bem jurídico tutelado. O adquirente responderá pelos danos solidariamente com o causador do desastre.
- (B) a responsabilidade por danos ambientais é subjetiva e não prescinde da comprovação da culpa, mormente em se cuidando de aquisição recente. Toda responsabilidade é do anterior proprietário.
- (C) a responsabilidade por danos ambientais é subjetiva, dispensa a comprovação da culpa, mas não prescinde da constatação do dano. Seu causador responderá sozinho pela recuperação da área.
- (D) a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, prescinde da comprovação da culpa e da constatação do dano. A responsabilidade é do adquirente e do Poder Público.
- (E) a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, prescinde da comprovação da culpa, mas não prescinde da constatação do dano e do nexos causal. Este é que definirá a responsabilidade pela degradação e pela recuperação da mata.

85. Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual com o fito de proibir queimada de palha de cana-de-açúcar como método preparatório da colheita e de condenar os infratores ao pagamento de indenização correspondente a certo número de litros de álcool por alqueire queimado, a sentença julgou procedentes todos os pedidos e foi mantida pelo Tribunal de Justiça. Em Agravo Regimental tirado em Embargos de Declaração em Recurso Especial no STJ, alegou-se ofensa ao art. 27 do Código Florestal Brasileiro – Lei n.º 4.771/1965, vez que a queimada é permitida em certos casos e que a extinção de sua prática não deve ser imediata, mas gradativa. A solução adotada no STJ, em relação ao Agravo Regimental, assinalou:

- (A) a razão está com o agravante, que tem a seu favor o permissivo legal de proceder à queima da palha de cana-de-açúcar, sem o que não tem condições de colher o insumo.
- (B) a razão está com o agravante, pois a extinção do método rudimentar e anacrônico de colheita de cana-de-açúcar há de ser gradativa e não pode ser cobrada ao agricultor de imediato.
- (C) o agravo foi desprovido sob argumento de que a queima da palha causa grandes danos ambientais e há instrumentos e tecnologias modernos que podem substituir tal prática sem inviabilizar a atividade econômica.
- (D) o agravo foi provido, porque existe expressa previsão legal para a queima e essa praxe é o costume considerado fonte do direito.
- (E) o agravo foi provido porque há de se compatibilizar o interesse econômico e a proteção ambiental e aquele é prioritário ante o atual estágio de desenvolvimento do Brasil.

86. Loteamentos clandestinos ou irregulares vulneram não apenas a Lei n.º 6.766/1979, como causam lesão ao meio ambiente, seja mediante ocupação de Áreas de Preservação Permanente, seja mediante devastação da cobertura vegetal. Discute-se a responsabilidade atribuível ao Município por esse parcelamento do solo em desacordo com a lei, cabendo assinalar que o Município:

- I. não tem responsabilidade, toda ela imputável ao empreendedor que não ajustou o seu empreendimento aos ditames legais;
- II. não tem responsabilidade porque aplicou multa e embargou a obra e não lhe competia, além disso, qualquer outra providência;
- III. tem responsabilidade pela regularização do loteamento clandestino, às suas expensas e de acordo com o poder-dever disposto no art. 30, VIII, da CF/1988;
- IV. tem responsabilidade por não impedir a consumação do dano ambiental e deve responder juntamente com o loteador pelos prejuízos advindos;
- V. tem responsabilidade por sua negligência, está obrigado a promover a regularização do loteamento às expensas do loteador, contra o qual tem ação regressiva.

Assinale a V (veracidade) ou a F (falsidade) dos assertos e indique a alternativa correta na sequência adequada.

- (A) V, F, V, F, V.
- (B) F, F, F, V, V.
- (C) F, V, F, V, V.
- (D) V, F, F, V, V.
- (E) F, V, F, F, V.

87. Leia atentamente as assertivas que seguem e, depois, proceda à sua vinculação com os princípios enunciados, na correta ordem sequencial.

- I. Manter as bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, e igualmente garantir uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.
- II. Assegurar a solidariedade da presente geração em relação às futuras, para que também estas possam usufruir, de forma sustentável, dos recursos naturais.
- III. Impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, por meio da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação do empreendimento e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.
- IV. Instituir procedimentos capazes de embasar uma decisão racional na fase de incertezas e controvérsias, de forma a diminuir os custos da experimentação.
- V. Internalizar os custos resultantes dos danos ambientais, ou seja, levá-los em conta na elaboração dos custos de produção e, conseqüentemente, assumi-los.
- VI. Evitar que o “custo zero” dos serviços e recursos naturais acabe por conduzir o sistema de mercado à hiperexploração do meio ambiente.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário pagador.
- (B) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, precaução, prevenção, poluidor-pagador, usuário pagador.
- (C) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, usuário pagador, poluidor-pagador.
- (D) Solidariedade intergeracional, desenvolvimento sustentável, prevenção, precaução, poluidor-pagador, usuário pagador.
- (E) Desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, usuário pagador, poluidor-pagador.

88. Uma das missões específicas da Justiça Ambiental é dar respostas tendentes a coibir atentados contra o meio ambiente e condenar o infrator à reparação do dano ambiental. O direito brasileiro admite expressamente a cumulação da reparação do dano com a supressão da atividade ou omissão danosa ao meio ambiente, no âmbito da ação civil pública ambiental. Pode-se reconhecer que a responsabilidade civil, nesse tema, possa ter também, em caráter principal e autônomo, o efeito de sanção do responsável? Assinale a alternativa correta.

- (A) A partir da edição da Lei n.º 9.605/98, instituiu-se a possibilidade de sancionamento civil do degradador, com imposição, pelo juiz cível, em acréscimo à indenização concedida, de multa civil com fundamento no art. 3.º da lei.
- (B) Se é possível a inclusão, na reparação pecuniária de danos extrapatrimoniais em geral o “valor de desestímulo”, a resposta só pode ser afirmativa.
- (C) Obter, além da reparação de danos e da supressão do fato danoso, a imposição, em caráter autônomo e cumulativo, de providências específicas ou condenação pecuniária com efeito principal de pena civil para o degradador, demandaria disposição legal e expressa a respeito.
- (D) É viável a fixação do *quantum* indenizatório com base no proveito econômico obtido pelo agente com o prejuízo moral causado e isso prescinde de lei.
- (E) Os danos ambientais são irreversíveis, por isso, irreparáveis.

89. Em área de preservação permanente, edificam-se construções em parcelamento de solo sem autorização nem EIA-RIMA. Ante a degradação ambiental, o Ministério Público ingressa com ação civil pública julgada procedente em primeiro grau. Os condenados apelam e se propõem a regenerar o restante da área, desde que o recurso seja provido para arredar a multa ambiental. Diante desse quadro, analise as assertivas que seguem:

- I. comprometer-se a regenerar a área desmatada é obrigação objetiva do proprietário e não exclui sua responsabilidade nas três esferas de apuração;
- II. cuidando-se de fato consumado, o apelo deve ser provido para reconhecer aos ocupantes o direito a permanecer na APP;
- III. o apelo deve ser provido, desde que os apelantes se comprometam também a não prosseguir na prática de novos atos de agressão ao meio ambiente;
- IV. a responsabilidade é do Município, que não fiscalizou e não impediu a ocupação irregular;
- V. inexistente direito adquirido à ocupação irregular de área de preservação permanente com degradação ambiental.

São incorretas apenas as assertivas

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) I, IV e V.

90. A Jurisprudência da Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo tem se orientado no sentido de que

- I. a delimitação, demarcação e averbação da Reserva Legal prevista pelo Código Florestal é de natureza pessoal;
- II. o adquirente de área devastada se sub-roga na obrigação de regenerá-la e assume a responsabilidade de delimitar, demarcar e averbar na Circunscrição Imobiliária competente a Reserva Legal;
- III. obrigar o proprietário a averbar a Reserva Legal na matrícula do imóvel implica a aplicação retroativa às propriedades adquiridas antes da Lei Federal n.º 7.803/89;
- IV. ao acrescentar o § 2.º ao art. 16 do Código Florestal, a Lei Federal n.º 7.803/89 desvinculou a reserva legal da pré-existência de matas ao estabelecê-la em, no mínimo, 20% de cada propriedade;
- V. ao criar condições para a recomposição florestal e ao nela vedar o corte raso, que implica a não exploração e a recomposição da vegetação, a lei contemplou o dever genérico de reparar o dano ambiental.

Assinale, na sequência adequada, a alternativa correta.

- (A) V, V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V, V.
- (C) V, F, V, F, V.
- (D) F, V, F, F, V.
- (E) V, V, V, F, F.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

91. A Presidente da República, objetivando troca de turbina do “Aerolula”, compra a peça de reposição sem licitação.

É correto afirmar que a Presidente

- (A) o faz baseado na singularidade relevante em matéria de licitação, na presunção de que o serviço de uma determinada empresa é mais indicado que outro, porquanto, no caso, existe uma significação particular excepcional.
- (B) leva a efeito concorrência pública em homenagem ao princípio da moralidade.
- (C) faz concorrência na modalidade convite tendo em vista o negócio de vulto a ser realizado.
- (D) realiza tomada de preço organizada em função do ramo de negócio.
- (E) realiza leilão com base no princípio da moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e isonomia.

92. Rivaldo Batera prestou concurso público e foi classificado em 1.º lugar. Foi nomeado, passou por inspeção médica, tomou posse e deixou decorrer *in albis* o prazo para entrar em exercício.

Indique a alternativa correta.

- (A) Rivaldo será demitido, sem sindicância.
- (B) Rivaldo será exonerado, após o processo administrativo respectivo.
- (C) Rivaldo será removido.
- (D) Rivaldo será exonerado.
- (E) Rivaldo será exonerado, mas receberá a partir da data da nomeação.

93. Ermenegilda Pafúncia, grávida de 08 meses, que ocupava cargo em comissão, foi dispensada do serviço público.

É correto afirmar:

- I. faz jus aos direitos constitucionalmente assegurados;
- II. porque titular de cargo em comissão, não faz jus a nenhum benefício;
- III. os ocupantes de cargos em comissão podem ser demitidos *ad nutum*;
- IV. pode ser demitida desmotivadamente sem maiores formalidades;
- V. pode ser demitida *ad nutum*, mas deverá receber indenização referente a 05 meses de remuneração, a contar da gravidez.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

94. Rosivaldo Jackson impetrou mandado de segurança contra ato do Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Município de Estrela d’Oeste, objetivando anular ato que o eliminou de concurso público para o cargo de guarda municipal, porquanto foi considerado inapto quando da investigação de sua vida pregressa, requisito previsto no edital do concurso.

Assinale a alternativa correta.

- (A) É possível desmerecer a conclusão do documento que o considerou inapto para o cargo que pleiteia.
- (B) É possível afirmar que o candidato foi surpreendido com resultado do seu *curriculum criminis*.
- (C) Estando o requisito impeditivo da assunção do cargo previsto no edital, não há que se falar em anulação do ato que o considerou inapto.
- (D) É lícito afirmar que se o candidato apresenta compleição física para exercer o cargo que pleiteia, pouco importa a conclusão constante no documento que o inabilitou.
- (E) É lícito afirmar que o candidato poderia produzir prova pericial em sentido contrário.

95. A administração municipal houve por bem, sem antes responder pedido de alvará para funcionamento de Bar e Restaurante Ltda., fechá-lo sob o fundamento de que o comércio explorado fere a lei de zoneamento respectiva.

É correto afirmar que

- I. a municipalidade não poderá tomar tal posicionamento, enquanto não responder o pedido postulado pelo estabelecimento comercial;
- II. as posturas municipais no tocante a lei de zoneamento devem ser rígidas;
- III. a licença de instalação não se prende ao alvedrio do ente de direito público, mas segue regras legalmente instituídas;
- IV. o fechamento do estabelecimento por atender pleito da vizinhança (interesse público) pode ser feito a qualquer tempo mesmo havendo processo administrativo em curso sobre a matéria;
- V. o poder discricionário da administração pública permite que medidas tais sejam tomadas, impedindo que o Poder Judiciário se manifeste a respeito.

Estão corretos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) IV e V.
- (C) II e V.
- (D) I e IV.
- (E) III e V.

96. Na improbidade administrativa, o julgador poderá reconhecer o efeito prodômico da prestação jurisdicional monocrática quando:

- I. só o réu recorre, transitando em julgado a sentença para o autor da ação;
- II. o Ministério Público recorre e pleiteia pena não prevista no requisitório inicial;
- III. o ente de direito público recorre, pleiteando pena isonômica aos réus;
- IV. o autor da ação recorre, pedindo que seja aplicada ao servidor público a mesma penalidade imposta ao particular;
- V. tiver que impedir *reformatio in pejus* indireta.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e IV.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) III e V.

97. Roberval da Silva, deficiente físico, aforou ação ordinária contra o Município de Marajá, objetivando pagamento de indenização por perdas e danos materiais e morais, sob o fundamento de que mantinha uma banca de jornal localizada em uma praça pública, por 12 anos, e foi compelido a transferir seu estabelecimento do local, em razão de duplicação da via pública. Para tanto, alega que foi obrigado a arcar com aluguel de novo ponto comercial e teve prejuízo, daí por que busca a indenização.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz, ao decidir, concede o pleito do autor, porquanto é ele deficiente físico e foi obrigado a sair do local onde mantinha freguesia.
- (B) O juiz concede a pretensão do autor, porquanto ele possuía licença tácita.
- (C) O juiz concede a pretensão do autor, porquanto ele possuía permissão tácita do município para exercer o seu labor.
- (D) O juiz nega a pretensão do autor, posto que este não demonstrou que o Poder Público transferiu a ele um serviço de sua alçada.
- (E) O juiz nega a pretensão do autor, pois a qualquer tempo o Município, o Estado ou a União podem ocupar, ao seu bel prazer, espaço que é seu, circunstância essa que não enseja qualquer tipo de indenização.

98. Nas ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a Fazenda do Estado, é correto afirmar que

- (A) a correção monetária deve ser calculada a partir da data do arbitramento, e os juros de mora, a partir do evento danoso.
- (B) a correção monetária deve ser calculada a partir do evento danoso, e os juros de mora, a partir da data do arbitramento.
- (C) a correção monetária e os juros de mora devem ser calculados a partir da data do evento danoso.
- (D) a correção monetária deve ser calculada a partir da data do evento danoso, e os juros de mora, a partir da citação.
- (E) a correção monetária e os juros de mora devem ser calculados a partir da citação.

**99.** A Câmara Legislativa de Canguçu do Norte edita lei, por sua iniciativa, transformando cargos e funções de servidores públicos da Prefeitura Municipal que prestam, eventualmente, serviço junto ao Poder Judiciário local.

É correto afirmar que:

- (A) é lícita tal conduta, porquanto é missão precípua do Poder Legislativo editar leis.
- (B) é ilícita tal conduta, porquanto trata-se de funcionários que, a rigor, prestam serviços junto ao Judiciário, daí por que a iniciativa deveria ser deste.
- (C) em se tratando de servidores públicos do executivo municipal, é inadmissível tal conduta, vez que tal transformação só pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do executivo local.
- (D) tal conduta é inadmissível, pois é impossível tal transformação.
- (E) é impossível tal conduta sem que haja anuência do Poder Judiciário.

**100.** Manezinho Araújo, amigo do Prefeito de Bocaina do Sul, agindo com identidade de propósitos, recebia do alcaide cédulas emitidas pela municipalidade para pagamento de supostos serviços prestados. Ao depois, depositava as quantias respectivas na conta de Expedita Brancaleone, mulher do chefe do executivo local.

É correto afirmar que:

- (A) somente o prefeito municipal pode ser condenado por improbidade administrativa.
- (B) Manezinho Araújo pode ser condenado pela prática de improbidade administrativa.
- (C) tanto o alcaide quanto Manezinho somente podem ser responsabilizados na esfera penal.
- (D) somente Manezinho pode ser responsabilizado por ato de improbidade.
- (E) somente Expedita Brancaleone pode ser condenada pela prática de ato de improbidade administrativa.

